

EIXO TEMÁTICO I:
**FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PARA AS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA**

PROPOSTAS (ESTADUAL):

1. APLICAR O PERCENTUAL DE 5% DO ORÇAMENTO ESTADUAL PARA A POLÍTICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DIRECIONAR DO ICMS 0,075% PARA O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O ICMS 0,075% AO FUNDO ESTADUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA;
2. DIRECIONAR DO ICMS 0,075% PARA O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA;
3. GARANTIR A DESTINAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DE DECISÕES JUDICIAIS, APREENSÕES DO CRIME ORGANIZADO, MULTAS E AFINS PARA O FINANCIAMENTO DO FUNDO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;
4. COFINANCIAMENTO ESTADO/MUNICÍPIO PARA A POLÍTICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA PAUTADO NO PPA E LDO;
5. CRIAÇÃO DE UMA SECRETARIA VOLTADA ÀS PCDS, COM FUNDOS FINANCEIROS PRÓPRIOS E COM AUTONOMIA, FISCALIZADO PELO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

PROPOSTAS (FEDERAL):

1. GARANTIR RECURSOS FINANCEIROS PARA MANTER A SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA;
2. CRIAR UM PISO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, COFINANCIAMENTO NAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL PARA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E, GARANTIR RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS QUE PROMOVAM A IGUALDADE DE CONDIÇÕES NO ATENDIMENTO E ACESSO AOS SERVIÇOS DOS QUAIS NECESSITAM;
3. PROVER RECURSOS FEDERAIS PARA OS MUNICÍPIOS QUE JÁ POSSUEM O FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA;
4. CRIAR E GARANTIR ORÇAMENTO E REPASSE DE RECURSOS PARA FINANCIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS ESFERAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS EM FAVOR DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA;
5. CRIAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DA POLÍTICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COM REPASSE FUNDO A FUNDO.

79 VOTOS APROVADO

EIXO TEMÁTICO II:

GARANTIA PARA MANTER E APRIMORAR O CONTROLE SOCIAL ASSEGURANDO A PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROPOSTAS:

1. GARANTIR A FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA, COM PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA PROFISSIONAIS QUE ATUEM NA ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, REGULAMENTADA PELO GOVERNO FEDERAL, DEFININDO AS DIRETRIZES PARA OS ESTADOS E MUNICÍPIOS.
2. INSTITUIR UM SISTEMA DE BANCO DE DADOS NACIONAL, QUE REÚNA AS INFORMAÇÕES SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, MAPEANDO ESTADOS E MUNICÍPIOS QUE PASSE A SER REFERÊNCIA PARA TODA E QUALQUER POLÍTICA PÚBLICA NO PAÍS, A PARTIR DA REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS E CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO;
3. INSTITUIR CENTROS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTOS COM EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA ATENDIMENTOS EFETIVO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM QUALQUER FAIXA ETÁRIA E SEUS FAMILIARES;
4. INSTITUIR E ASSEGURAR UM BENEFÍCIO ASSISTÊNCIAL, NO VALOR DE UM SALÁRIO

MÍNIMO, AO CUIDADOR PESSOAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA;

5. IMPLEMENTAR O LAUDO BIOPSISSOCIAL CARACTERIZADOR, NO ÂMBITO NACIONAL PARA ASSEGURAR O ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE CARÁTER PERMANENTE;

79 VOTOS APROVADO

EIXO TEMÁTICO III:
ESTRATÉGIAS PARA MATER E APRIMORAR O
CONTROLE SOCIAL ASSEGURADA À PARTICIPAÇÃO
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROPOSTAS:

1. Estimular a criação de fóruns que sejam constituídos por entidades de pessoas com deficiência e para pessoas com deficiência com o objetivo de criar, organizar, incentivar ongs, associações, movimentos de pessoas com deficiência e para pessoas com deficiência.
2. Criação de ouvidorias, portal da Transparência, observatório nacional para a política da pessoa com deficiência, vinculado á estrutura do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência. (CONADE)

3. Curso de formação, de políticas públicas para pessoas com deficiência (formação de liderança) de forma direta e indireta, continuada e permanente. Com a disponibilização de material informativo, impresso e/ou digital, com a participação da pessoa com deficiência, com todas as condições de acessibilidade de acordo com a legislação, sendo online, presencial, ou semi presencial.
4. Garantir que o conselho nacional de direitos da pessoa com deficiência estabeleça a regulamentação de funcionamento dos fundos nos municípios, com recursos dos destinado para as entidades e campanhas educativas de modo á fortalecer o controle social.
5. Garantir a realização das conferências da pessoa com deficiência e entidades que lutam pelos direitos desse segmento, de modo a fortalecer e potencializar o desenvolvimento de campanhas, á exemplos do dia nacional de luta da pessoa com deficiência, e do dia internacional de luta da pessoa com deficiência, para conscientização sobre os direitos dessa população junto a todos os territórios brasileiros.

55 VOTOS APROVADA – 03 VOTOS NÃO –
05 VOTOS ABS

EIXO TEMÁTICO IV:

CIDADANIA E ACESSIBILIDADE

PROPOSTAS:

1. AMPLIAR O SERVIÇO DE TRANSPORTE ACESSÍVEL E DE QUALIDADE QUE CONTEMPLE TODAS AS DEFICIÊNCIAS, SEJAM ELAS DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL E INTELLECTUAL OU SENSORIAL, GARANTINDO O DIREITO AO TRANSPORTE E A MOBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA CONFORME A LEI 13146/15 ART. 46.
2. ALTERAÇÃO DO CÓDIGO ELEITORAL PARA CRIAÇÃO DE COTAS DE 10%, PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA, GARANTINDO PERCENTUAL 5% DO FINANCIAMENTO DO FUNDO PARTIDÁRIO E DO FUNDO ELEITORAL, ACESSIBILIDADE.
3. IMPLEMENTAR CAMPANHAS EDUCATIVAS PERMANENTES CONTRA O CAPACITISMO DE FORMA ACESSÍVEL CONTRA A DISCRIMINAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
4. INSERIR NA GRADE CURRICULAR DE ENSINO DAS ESCOLAS PÚBLICAS E

PRIVADAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E EM TODOS OS CURSOS DO ENSINO SUPERIOR A DISCIPLINA DE LIBRAS.

5. IMPLEMENTAÇÃO DO PEI NA BNCC EM TODA REDE DE ENSINO PÚBLICO E PRIVADO E FORMAÇÃO DE TUTORES PEDAGÓGICOS GARANTINDO A FORMAÇÃO CONTINUADA E INCLUSÃO NO PROCESSO DE ENSINO. 85 VOTOS SUPRESSÃO

6. REGULAMENTAR A PROFISSÃO DE PROFESSOR TRANSCRITOR E REVISOR DE BRAILE. 03 VOTOS

96 VOTOS APROVADO

EIXO TEMÁTICO V:

OS DESAFIOS PARA A COMUNICAÇÃO UNIVERSAL

PROPOSTAS:

- 1. CRIAR UM CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIA ASSISTIVA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PRIVADAS DE PESQUISA DE INOVAÇÃO;**
- 2. CRIAR UM ÓRGÃO REGULADOR NACIONAL DE ACESSIBILIDADE DIGITAL,**

RESPONSÁVEL POR MONITORAR E FISCALIZAR A CONFORMIDADE DAS MÍDIAS SOCIAIS COM DIRETRIZES DE ACESSIBILIDADES;

3. CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL DE ACESSIBILIDADE INTEGRADA A TODAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ÁUDIO DESCRIÇÃO, QR-CODE, BRAILE E TRADUTOR E INTÉRPRETES E GUIA INTÉRPRETES DE LIBRAS; NAS RODOVIÁRIAS, AQUAVIÁRIOS, AEROPORTOS, FERROVIÁRIO, TERMINAIS DE ÔNIBUS, NOS DEMAIS ESPAÇOS PÚBLICOS, EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL.
4. CRIAÇÃO DE LEI DE INCENTIVO FISCAL DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA PARA DESENVOLVER RECURSOS DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS, VOLTADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
5. GARANTIR A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, EDUCADORES E MEMBROS DA COMUNIDADE SOBRE AS TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO INCLUSIVA.

86 VOTOS APROVADO – 01 VOTO NÃO